



Projeto Livro Livre

Iba Mendes

"O livro é um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive."

Padre Antônio Vieira

Literatura



Camilo Castelo Branco

D. Antônio Alves Martins

Bispo de Viseu - Esboço Biográfico



Iba Mendes Editor Digital

www.poeteiro.com

D. Antônio Alves Martins
Bispo de Viseu - Esboço Biográfico

Camilo Castelo Branco

Adaptação ortográfica e projeto gráfico

Iba Mendes

Publicado originalmente em 1889.

Ilustração da capa: Raphael Bordallo Pinheiro (1881).

Livro Digital (Gratuito) nº 1076 - 1ª Edição - São Paulo, 2020.

Biografia - Literatura Portuguesa.

Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco
(1825-1890)



Iba Mendes Editor Digital
www.poeteiro.com

PROJETO LIVRO LIVRE



*Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe — que faz a palma,
É chuva — que faz o mar.*

Castro Alves

O **Projeto Livro Livre** é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, livre e gratuito, de obras literárias já em Domínio Público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital. Sendo assim, não objetivamos fins comerciais ou promoção política. Tal qual o saudoso Nelson Jahr Garcia, pioneiro na divulgação do Livro Digital no idioma português, sempre estudei por conta do Estado, ou melhor, da Sociedade que paga impostos. Por isso, sinto-me também na obrigação de "*retribuir ao menos uma gota do que ela me proporcionou*". Daí o nosso esforço que se resume na simplicidade e na solidariedade.

Segundo normas e recomendações internacionais estabelecidas pela maioria dos países, incluindo Brasil e Portugal, uma obra literária entra em Domínio Público 70 anos após a morte do seu criador intelectual.

O nosso Projeto, que tem por objetivo colaborar na divulgação da Literatura em Língua Portuguesa, em suas variadas modalidades, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por imprecisa razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza de nos informar no e-mail: iba@ibamendes.com, a fim de que seja imediatamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso dos bens culturais. Assim esperamos!

O Livro Digital é – certamente – uma das maiores revoluções no âmbito editorial em todos os tempos. Hoje qualquer pessoa pode editar sua própria obra e disponibilizá-la livremente na Internet, sem aquela imperiosa necessidade das editoras comerciais. Graças às novas tecnologias, o livro impresso em papel pode ser digitalizado e compartilhado nos mais variados formatos digitais, tais como: PDF, MOBI, EPUB, entre muitos outros. Contudo, trata-se de um processo lento e exaustivo, principalmente na esfera da realização pessoal, implicando ainda em falhas decorrentes da própria atividade de digitalização. Por exemplo, erros e distorções na parte ortográfica da obra, o que pode tornar ininteligíveis palavras e até frases inteiras. Embora todos os livros do **Projeto Livro Livre** sejam criteriosamente revisados, ainda assim é possível que algumas dessas falhas passem despercebidas. Desta forma, se o distinto leitor puder contribuir para o esclarecimento de eventuais incorreções, pedimos gentilmente que entre em contato conosco, a fim de efetuarmos as devidas correções.

Ressaltamos, por fim, que o **Projeto Livro Livre** não se limita a simples publicação de textos já disponíveis na Internet, sem qualquer critério. Em vez disso, pautamos nosso trabalho no esmero gráfico e ortográfico, na digitalização e atualização de novas obras, na publicação de autores do nosso tempo, na conversão de livros em áudio etc. Buscamos assim popularizar o Livro Digital, tornando-o acessível a qualquer pessoa e sem nenhum custo.

É isso!

Iba Mendes

D. ANTÔNIO ALVES MARTINS
BISPO DE VISEU – ESBOÇO BIOGRÁFICO



É agradável e não comum esboçar alguns traços da vida de um varão benemérito, cujos antepassados, praticando obscuramente o bem, nos não intimam o dever de lhes atribuir ou inventar proezas cívicas. Em tempos não remotos, quando era costume inculcar ou explicar, pelo decoro da estirpe, virtudes ou heroísmos, raro biografo se saía limpa e airosamente de ao pé do berço humilde do seu herói. É ver o empenho pouco menos de lastimável dos que inventaram avós fidalgos a João Pinto Ribeiro, como se o esplendor de seu patriotismo fosse demasiado para um só homem, e devesse, em vez de ir adiante afidalgar vindouros, retroceder aos passados, e lustrar-lhes as sepulturas em galardão póstumo! Donosa e bizarra fidalguia é uma que nos faz sentir que o é, porque há aí natural fronteira entre bom e mau: é a que vemos gerar-se, florir e frutear sem inculcadas e vans precedências; é a que assinala os homens prestantes, alumando-os de luz sua, a fim de que a posteridade os extreme da sombra, se os contemporâneos não puderam ou não quiseram aquilatá-los desassombradamente. Homens deste vulto, per si mesmos nobilitados, não se procuram no berço: é em meio de nós, é desde o momento que os vimos receber da gratidão pública os títulos de sua nobreza.

O Sr. D. Antônio Alves Martins, doutor na faculdade de teologia, bispo de Viseu, par do reino e ministro de estado honorário, nasceu na Granja de Alijó, província de Trás-os-Montes, aos 18 de fevereiro de 1808. Modesta abundancia e laboriosa probidade — excelências congêneres da profissão agricultora — honravam e felicitavam a família de que procede o Sr. bispo de Viseu.

Dado que a sua iniciação a estudos superiores não levasse o intento posto em determinado destino, motivos, em que talvez seria grande parte a obediência, moveram o moço de dezesseis anos a entrar na

Terceira Ordem de São Francisco, chamada da Penitência, cuja casa capitular era em Lisboa.

Não é já hoje em dia mui vulgar a notícia da ilustração em que primacialmente se avantajava aquela corporação religiosa, cujos serviços literários e evangélicos aí estão consignados nas *Memórias históricas* do arcebispo Cenáculo e nos variados escritos de fr. Vicente Salgado. Nenhuma ordem, digamo-lo assim, acabou com mais brilhantes fins de existência gloriosa, através de quatro séculos. Ali principalmente se ensinaram a diplomática e as línguas orientais; dali saíram abalizados mestres de grego e hebraico, árabe e siríaco.

Muito de indústria lembramos esta clausula quase inútil, porque temos lido e ouvido inconsiderados se não indoutíssimos conceitos dos Regulares da Terceira Ordem de São Francisco. Não será pois descabido lembrar a juízes menos competentes que a livraria, atualmente chamada da Academia real das ciências, era a deles.

Em 21 de maio de 1825 vestiu o Sr. Antônio Alves Martins o hábito de professo, e passou a estudar filosofia no Colégio do Espírito Santo em Évora, doação de el-rei D. José à Terceira Ordem, em 1776, extinta a Companhia de Jesus. Em outubro do ano seguinte, matriculou-se no colégio das Artes, com o propósito de seguir o curso universitário, frequentando alternadamente as aulas de matemática, filosofia e teologia.

Cursava o distinto acadêmico o seu terceiro ano da universidade, quando as renovadas ideias de 1820 agitavam febrilmente os ânimos de grande número de escolares — aquela falange de generosa mocidade, predestinada a ser tão grande parte na propaganda dos princípios liberais e na ocupação dos mais eminentes postos da representação nacional. O aluno de teologia, posto que ligado a uma corporação religiosa, aliou-se aos propugnadores do governo representativo, sem todavia imparceirar-se com os injustificáveis bandos que intermeteram uma página de desonra indelével na história dos ásperos sacrifícios daquele período.

Desde tenros anos a condição do Sr. Alves Martins saiu avessa a rebuçar ou sequer temperar calculadamente as suas opiniões políticas. Este franco destemor e afoita energia foi sempre, é, e apesar da experiência será sempre a mais relevante fisionomia do Sr. bispo de Viseu. À ousadia de manifestar-se afeiçoado à revolta militar do Porto, de 16 de maio de 1828, seguiu-se ser riscado da universidade, quando frequentava o terceiro ano teológico. Sem embargo, o Sr. Alves Martins prosseguiu nas aulas da sua congregação; e, concorrendo às cadeiras de filosofia e teologia, recebeu o prêmio de sua aplicação e créditos, sendo logo, e tanto na flor da idade, nomeado mestre da Ordem. Os condiscípulos do estudioso mancebo ainda hoje recordam a viveza, penetração e discernimento com que ele se igualava aos mais distintos.

Não estava, todavia, aquele alvoroçado espírito ainda maduro de feição para pautar-se ao magistério. Impulsaram-no estímulos inflexíveis a quinhoar dos perigos e honras nas lutas que estrondeavam fora e dentro do claustro. Era aquele um tempo em que todo homem olhava para o horizonte do dia novo, bem que a uns se figurassem de fogo destruidor as cores da aurora, e outros a saudassem como luz redentora a alvorejar civilização para o mais ignaro, escuro e abatido torrão da Europa. Alves Martins não podia pertencer ao número dos prudentes que, adorando a ocultas a ideia, sopesavam com os açamos de uma discreta expectativa os ímpetos de a confessar e servir. A experiência mostrou seguidamente que estes sisudos foram depois os primeiros que saíram enramados a rojar os louros nos tapetes dos ministros de 1834: por onde se prova que a prudência é sempre de medranças, ainda quando uma sã terminologia a alcunhe de ardilosa.

Como quer que fosse, Alves Martins, no momento em que as tropas liberais rebeladas no Porto evacuavam Coimbra, saiu do colégio, acompanhou-as, e sentou praça no regimento de Voluntários de Alijó. Sem demora lhe foi instaurado processo no tribunal secular e nas comissões militares de Trás-os-Montes; o prófugo, porém, recolhendo-se ao claustro, pensou talvez que a perseguição, empenhada em exterminar inimigos mais temerosos, o esqueceria.

Era, em verdade, ter em coisa de pouco a memória das testemunhas juramentadas no seu processo!

Em 1832 foi nomeado capelão da armada: fora-lhe imposto o encargo sob obediência, porque da Terceira Ordem saíam os padres para os navios do estado.

Poucos meses depois, o capelão, cuja pertinácia em ser liberal o tornara por demais esquecido do instaurado processo, foi de novo processado na Majoria-General, preso nas cadeias de Coimbra, e sentenciado com mais três companheiros na Conservatória da Universidade.

Na tarde do dia 28 de janeiro daquele ano uma leva de presos ida de Coimbra para Almeida conseguiu fugir na altura de Santo Antônio do Cântaro, favorecida talvez pelo comandante da escolta. Naquela leva iam três presos já sentenciados no Conservatória. A sentença era um modelo de concisão e ferocidade. Chegados a Viseu, deviam ser espingardeados no campo de Santa Cristina. Um dos três condenados era o Sr. Antônio Alves Martins.

As alegrias de uma salvação muito incerta não compensaram ao sentenciado e a três companheiros as angústias que se seguiram. Desviados de todo trilho, desprovidos de mínimo recurso, e até desconfiados da caridade do lavrador a quem pedissem um pouco de pão e agasalho, durante onze dias e noites, erraram, por serranias, retransidos de frio e fome. Quando ao nono dia de tamanha miséria chegaram à margem do Mondego, junto de Vila Verde, e reconheceram que o passo era guardado por sentinelas, os quatro fugitivos às nove da noite entraram na água, e, como submersos em uma salina, esperaram quatro horas de formidável agonia a menos perigosa oportunidade de vadear o rio. Dois dias depois chegaram a Leiria, onde se apresentaram ao tenente coronel Vasconcelos, hoje visconde daquela localidade.

Com quanto a robusta mocidade de Alves Martins se aguentasse na luta com os trabalhos daquela fuga, o resultado funestou-se-lhe depois, sobrevivendo-lhe um tifo para o tratamento do qual o hospital

de Leiria lhe favoreceu uma enxerga. Apenas convalescido, passou a Lisboa; e, terminada a guerra civil, voltou a continuar seus estudos em Coimbra, onde se graduou em teologia, por 1837, deixando as faculdades de matemática e filosofia no segundo ano.

Na lista dos estudantes perseguidos e por tanto agraciados pela lei de 1834, estava o nome de Antônio Alves Martins. Ele, ainda assim, dispensando-se dos benefícios da lei, sujeitou-se às praxes, frequência e provas dos restantes acadêmicos. Aceitou apenas os doze mil reis que lhe pertenciam como a egresso da Terceira Ordem. Eis aí o primeiro lance de desinteresse que será o precursor de outros testemunhos de não vulgar desprendimento.

De mais disto, um homem no vigor dos anos e sazão das aspirações, com justa causa para desvanecimentos de méritos, uns ganhados com seu eminente espírito, outros adquiridos pelos trances que correu a sua vida no serviço da causa triunfante, aí o temos concorrendo a uma cadeira de filosofia no Liceu do Porto para granjear o pão da independência, visto que o despacho para o magistério universitário se demorava. Mas, nem ainda aí, nome e serviços lhe complanaram dificuldades. Um antigo professor obteve, anulado o concurso, despacho fundado em direitos de já ter exercido o ensino. Alves Martins concorreu novamente à cadeira de história e geografia para a qual foi despachado em 1839.

Assombra e entristece ao mesmo tempo o confronto das ambições descompassadas que hoje em dia saltam e bravejam de nomes obscuríssimos, e a modéstia, comedimento e parcimônia dos homens de então, os quais tão afastados já parecem destes nossos dias! E todavia, são de hoje, são nossos contemporâneos! Que decorosos brios não reportavam o ânimo dos que se davam por bem pagos de ser livres para poderem buscar sua parca vida no ensinamento da mocidade! Claro era que Antônio Alves Martins não podia abastardar os dons da inteligência, malbaratando-os em incenso ao poder — em escambo de mercês que lhe permitissem, inerte na força da idade, e no regalo de lerdos ócios, descurar como incomoda esta coisa onerosa chamada honra do trabalho.

Três anos passados, o professor do liceu foi eleito deputado.

A sua entrada no parlamento em 1842 abriu mais um exemplo dos danos que fomenta a rigidez do caráter vinculada ao arrojo da censura. O Sr. Alves Martins distinguiu-se na oposição. Os seus discursos não eram preparados com a engenhosa paciência dos que atentam superiormente no brunido e terso dos períodos, e a miúdo pompeiam enfeites acadêmicos em assuntos de seu natural simplíssimos. Como a sua eloquência brotava súbita das convicções, e a cada passo os desacertos do poder lhas estimulavam, não se lhe fazia mister o prévio labor da composição literária das suas orações. O Sr. Alves Martins era, primeiro que tudo, dialético, assim destro quanto lacônico; umas vezes severo, outras aspérrimo, mas sempre justo, e escutado com respeitosa atenção de parciais, e adversários, entre os quais se procuravam sempre os mais audaciosos para o impugnarem. A austeridade de sua índole, inflexa às chamadas conveniências partidárias, singularizava-se por uma honrada obstinação propriamente com os erros da sua parcialidade. Os do seu lado impacientavam-se magoados quando as frechas do intemerato argumentador lhes iam apontadas e mais penetrantes que as dos adversos. Que montava isso à serena consciência de Alves Martins? Os seus amigos políticos deixavam de o ser, logo que exhibissem, como diplomas de consideração, poluir-lhe por efeito de uma forçada condescendência a inteireza de seus princípios sempre liberais, e ao mesmo passo moderados e conciliadores. Contra as demasias do poder achamo-lo sempre em reação vigorosa, quer os governos se fortalecessem na complacência do trono, quer no apoio faccioso dos plebiscitos. No seu ânimo tanto impendiam influências patriciatas como populares. Abusos de ambas as procedências lhe eram por igual odiosos, e o sobre-excitavam a extremos de não poder estancar o ímpeto das frases excessivamente acrimoniosas, se algum contendor lhe recalcitava com desabamento. Assim o vimos sempre e com indomável pulso nas acesas disputas com o atual visconde de Souto Maior.

Acima escrevemos que a sua entrada no parlamento inaugurara mais um exemplo dos danos inerentes à rigidez de caráter e aos

atrevementos de uma franca reprovação. O governo, para lhe fazer sentir seu desagrado, à custa de uma injustiça sem disfarce, preteriu-o no despacho universitário. Este fato devera capitular-se de inveterada desmoralização, se antes não fosse uma espécie de direito consuetudinário nos governos que todos se estribam na adesão dos amigos, e por amor deles suplantam a justiça dos contrários. E tão perversor direito explica as abjeções, as apostasias, os envilecimentos contra os quais Antônio Alves Martins, desde deputado até ministro do reino, desde conventual de Jesus até prelado visiense, se levantou sempre com honesta sobranceira.

Verdadeiramente, contra o adversário deste fôlego não bastavam os atletas parlamentares. Urgia ao poder suspeito espiá-lo no escuro das noites e ladeá-lo de quadrilheiros.

Antes de ser deputado, já o Sr. Alves Martins, no último ano de sua formatura, em 1837, havia sido prezo em Coimbra como cúmplice na revolta dos marechais — lance que passou totalmente alheio da sua menor interferência. O ilustre preso devia ainda conhecer no cárcere, que lhe davam os livres, a tabua que lhe tinha dado o governo dos escravos. Apenas se haviam interposto três anos desde a sentença de morte lavrada na Conservatória até ao mandado de captura da autoridade constitucional!

Sendo deputado, foi preso em 1843, ou, como quem quer adoçar o termo, foi detido porque entrava por noite alta em conciliábulos revolucionários.

No seguinte ano, 1844, estando no Porto, foi intimado para encarcerar-se no Castelo da Foz, como faccionário da revolta militar daquele ano. Governava então o distrito o Sr. Antônio Emílio Brandão, cavalheiro cujas virtudes ainda não foram puídas pelo atrito da política. Dignou-se a autoridade ouvir as declarações do indiciado como conspirador; e, suspensa a ordem de prisão, deixou-o vigiado pela polícia.

Escusado é procurar o Sr. Alves Martins estranho à revolução de 1846 e 1847. Conheceu os homens, que formaram o gabinete

revolucionário, vizinhos deles com o seu conselho e prática dos negócios; mas pendemos a crer que muitíssimos atos da Junta, nomeadamente os militares e diplomáticos, mereceram a sua reprovação, mais ou menos expressada no opúsculo NOVE DE OUTUBRO, que sua excelência publicou, historiando os sucessos tumultuosos da contrarrevolução.

O Sr. Antônio Alves Martins não conheceu o andamento da revolução somente pelos “boletins” das manobras e batalhas impressos nas gazetas. Viu-a de perto, bem no centro dos perigos, tomando deles o quinhão que lhe quadrava, como a homem que em si sentia impulsos de defender no campo a causa que patrocinara na imprensa. Há aí o quer que seja grandioso que nos avulta a proporções impróprias deste tempo o homem de letras de par com o soldado não esquivo aos trances das pelejas. A hipocrisia não acha edificativo o lance; mas os espíritos despreocupados admiram e respeitam a coragem que intendeu dever ao bem da sua pátria, a um tempo, os serviços do braço e os tesouros da inteligência.

Terminada a guerra civil pela convenção de Gramido, continuou o professor a reger sua cadeira, e simultaneamente redigindo o *Nacional*, diário então organizado para sustentar os princípios da reforma, abastardados senão derruídos pelo gabinete constituído depois da convenção. O trabalho assíduo de sua excelência era gratuito como antes e depois aconteceu em todos os periódicos de sua colaboração. Concorremos então na parte literária do *Nacional*. Com íntima saudade nos recordamos da lhaneza e cordial crítica com que o primeiro redator político nos acoimava de frívolos ou louvava por esperançosos uns folhetins com que nos ensaiávamos para esta lida indefessa de vinte anos.

Os artigos do Sr. Alves Martins, redigidos com admirável presteza, e momentos antes ou simultâneos da composição tipográfica, eram modelos de polemica, e às vezes retaliações um tanto acerbas para os adversários. Passos Manoel, avaliando o caloroso publicista como escritor político, elevava-o à eminência entre os melhores. Naqueles anos de 48 e 49, o *Nacional* primou no seu progressista e

liberalíssimo programa, confiado às superiores capacidades de Alves Martins, Parada Leitão, Evaristo Basto, e Nogueira Soares.

O espírito público estava disposto a coadjuvar a revolução militar de 1851, acaudilhada pelo marechal Saldanha, e ressurgida da sua prostração por alentos de alguns seus confederados no Porto. No esforçado número dos cooperadores da intitulada “Regeneração” alistou-se o Sr. Alves Martins, posto que a política do Sr. duque de Saldanha lhe não abonasse mais prosperidades nacionais que a política do Sr. conde de Tomar. Uma e outra, mais ou menos áulicas e filiadas na corte, eram pouco menos de facciosas, e mais que muito impopulares. A nosso juízo, o Sr. Alves Martins, considerando que o antagonismo pleiteava entre dois validos a disputarem-se privança e influência, teve como político e acertado expediente apoiar o mais fraco, para assim, removidos os estorvos dos nomes pânicos, abrir novo horizonte às reformas desejadas, e subverter os elementos reacionários. Este seria, porventura, o propósito do solerte político e de outros notáveis correligionários da Junta consubstanciados na revolução.

E, de feito, a fase da nova política, animada pelo talento sagacíssimo e gênio conciliador de Rodrigo da Fonseca Magalhães, inaugurou-se com ares de ciência nova em matéria de governar. Homens de arraiais contrários congrassaram-se no mesmo intuito, fatigados dos vaniloquos da tribuna, e cortados dos desastres da guerra civil. Iniciaram-se na administração algumas inteligências devotadas ao progredir material, ao adiantamento procedente dos estudos econômicos, descuidados até àquele tempo em que, pelo ordinário, os mais loquazes parlamentares pareciam ainda remodelar as suas teses pelas recordações tribunícias das primeiras câmaras, estudando a eloquência em Ferreira Borges e Fernandes Tomás. Então se viu esfriarem os entranhados despeitos, apagarem-se as inspirações sonoras dos questionadores políticos, e comunicarem-se uns a outros o mesmo impulso de apoio para obras públicas, estradas, telégrafos, portos marítimos, reformas aduaneiras, desvinculação da terra, enfim, operou-se estranhamente a

comunhão de todas as vontades no estudo e exploração dos processos de riqueza que as nações prosperas nos exemplificavam.

Mas enquanto os videntes do progresso material pindarizavam os adais da ideia nova, o governo, inaugurado em 1851, dilapidava e prodigalizava, como se o edifício novo houvesse de ser cimentado sobre as ruínas da fazenda nacional, e o povo, que farte empobrecido para tão descomedidas despesas, devesse ser sacrificado aos créditos dos iniciadores do progresso.

O Sr. Alves Martins retirou o seu apoio ao governo. Estava com o povo e contra as demasias do poder. Estava com o progresso; mas progresso compatível com a debilidade do tesouro.

Em novembro de 1852, obteve sua excelência a nomeação de lente de teologia: suscitando-se dúvidas, no entanto, sobre a antiguidade que lhe competia, renunciou o magistério, optando pela cadeira canonical na sé patriarcal de Lisboa.

Continuou militando já na oposição, já nas maiorias, assim na imprensa como no parlamento, por espaço de nove anos.

Em 1861, foi nomeado enfermeiro-mor do hospital de São José, onde se desvelou quanto cabia em suas muitas faculdades e prestantíssimos alvitres. A imprensa louvou-o unanimemente pelas reformas que em sua administração se operavam. Cortou abusos. Pautou rigorosamente obrigações. Gratificou serventuários beneméritos. Exautorou os nocivos. Feriu pela raiz a árvore dos desperdícios à sombra da qual se medravam muitos, com agravo da pobreza e do infortúnio. E tamanho afeto cobrou o novo enfermeiro-mor àquela casa de dores que, volvidos anos, e já ministro do reino, se lhe estava sempre desentranhando em benefícios, convertendo em pão e cobertura as liberalidades das pessoas que por elas, mais do que pelas mercês, se então nobilitaram.

Aprouve a Sua Majestade galardoá-lo com a comenda da Conceição pela sua benemerência no exercício de enfermeiro-mor. O Sr. Alves Martins rejeitou a graça por intender que o cumprimento de uma obrigação não era caso para condecorações.

De passagem notaremos no despacho deste afanoso encargo um sucesso que motiva saudades: foi este despacho o último que o Sr. D. Pedro assinou. O amigo dos infelizes, ao despedir-se deles, enviava-lhes uma alma cheia de generosa retidão a zelar-lhes o seu patrimônio. Bem escolhido protetor para desvalidos que — bem o sabem os que de perto convivem com o ilustre prelado — facilmente enternecereis a lágrimas e vereis comiserado aquele aspecto que se vos figura severo e inacessível às dores maviosas da compaixão.

Em julho de 1862 foi apresentado bispo na sé de Viseu o Sr. D. Antônio Alves Martins, confirmado no consistório de São Mateus, e sagrado em dia de Todos os santos. Como a doença o impedisse, governou a diocese por procurador, até que em janeiro de 1863 fez entrada solene na sua catedral. No tempo que mediou entre a sua apresentação e confirmação, recebeu um breve de Sua Santidade, encarregando-o do regimento da diocese, na qualidade de vigário apostólico, a fim de debelar o cisma que lavrava no bispado, à conta da nomeação do vigário capitular. Fora o caso que o cabido descontente, recorrendo a Roma, obtivera anular a segunda eleição. Recusou-se o Sr. bispo a cumprir o breve, posto que honroso para sua excelência em quanto Sua Majestade o não aprovasse. Travou-se alguma contestação entre o prelado e o núncio que se dispensava do plácito régio. O breve, porém, não se cumpriu. O Sr. D. Antônio antepôs o respeito da lei portuguesa ao arbítrio romano. Só depois da sua sagração, é que sua excelência entendeu nos negócios da sua diocese. Foi esta uma judiciosa inflexibilidade de caráter que se decidiu pela dignidade nacional contra a jurisdição prelatícia. As insígnias do príncipe da igreja, honorificadas pela confiança do chefe da cristandade, não o demoveram de acatar submissamente os foros do chefe da nação. Louvável rigidez de primoroso ânimo que em cada ato nos está sobrepujando a medida vulgar.

O zelo da missão prelatícia divorciou-o fundamentalmente da política. A sua cadeira na câmara alta, ao invés de mui naturais conjeturas, esteve por espaço de anos devoluta. O solícito prelado dedicou-se de coração aos cuidados pastorais, quer morigerando abusos, quer envidando esforços na educação do clero.

No primeiro ano fez três ordenações; e, nos seguintes, ordenação geral e única nas tēmporas de São Mateus, atendendo ao proveito dos ordinandos.

Aqui vem de molde um fato cuja notoriedade nos corta delongas no memorá-lo. De natureza estranha foi ele, e, como tal, soou com grande estampido dentro e fora do país.

Em junho e julho de 1867 concorreu sua excelência a Roma para assistir às festas do centenário de São Pedro e canonização de alguns santos. Em certo dia o soberano recitou na capela sistina um como discurso do trono ao qual é de estilo responderem os bispos como uma saudação a Sua Santidade. Nesta saudação, previamente elaborada, realçavam pontos doutrinários e controversos grandemente incongruentes com as convicções do prelado visiense acerca da infalibilidade e do poder temporal do papa. A saudação ou resposta ao discurso pontifício não havia sido discutida nem consentaneamente redigida por alguma assembleia episcopal. Era papel já de antemão impresso, como se o conteúdo fundamentasse em dogmas incontraditáveis na cristandade. Os prelados concorrentes à capela sistina, no ato de se apartarem, receberam convite impresso a comparecerem, no seguinte dia, no palácio Altieri para o intento de lerem e assinarem a saudação. O cardeal, que rubricava o convite, não solenizou com a sua presença a assembleia dos prelados, os quais, ao compasso que entravam, iam recebendo os exemplares, e eram advertidos que lessem, assinassem e os não levassem. O Sr. bispo de Viseu, já que ninguém abria discussão, nem o peremptório do aviso a permitia, leu e deliberou, também peremptoriamente, não assinar.

Em o 1º de julho, apareceu a saudação a Sua Santidade em ato solene, ao qual o Sr. D. Antônio, divergente de seus colegas, não concorreu. Não obstante, entre os signatários, daquele protesto pela infalibilidade e poder temporal encontrou o bispo português o seu nome. Sem interpor tempo, sua excelência protestou, por via do embaixador de Portugal em Roma, contra a sua assinatura nem feita nem autorizada. O nobre prelado, protestando neste teor, não cogitava em assoprar escarcéus que dessem a lembrar as

divergências das cristandades primitivas, quando as dúvidas sobre infalibilidade dos bispos de Roma eram suscitadas por venerandos prelados que tinham bem no vivo de sua fé as tradições dos primeiros séculos. Da parte de sua excelência o intuito era natural e simplíssimo: repelir uma tal qual fraudulência, equivocadamente piedosa, que envolvera a falsidade de uma assinatura, e violência de espécie nova, imposta à sua consciência. Não obstante, o episcopado católico, ardendo em espírito menos santo, assanhou-se com o desusado procedimento, como se aí pelo século IV algum discípulo de Árius ousasse, à face da cadeira de São Pedro, contender sobre os divinos fundamentos da religião de Jesus. E, todavia, o Sr. bispo de Viseu protestara singelamente contra a falsificação de sua assinatura, denegando-se a subscrever a infalibilidade do papa, como ninguém subscreveu nos primeiros sete séculos da igreja, tal qual e pelas mesmas palavras com que a declinou de si o papa São Gregório Magno, e como, há poucos dias, o protestou o eminentíssimo Dupanloup na sua última pastoral. O que muito agravava a culpabilidade do nosso bispo não era a dúvida: era o protesto. Não cresse embora; mas... emudecesse. O que era, pois, dignidade, foi malsinado de orgulho. O dissentir de seus colegas, num ato a que todos porventura ligavam mínima valia, foi havido em nota de rebelião própria dos heresiarcas que parvamente forcejavam porque as portas do inferno prevalecessem.

Lamentável é dizer-se que este caso passou ontem; e que a mais pronunciada feição de tal conflito seria irrisória por conta de Roma, se não fosse profundamente triste!

O Sr. bispo de Viseu, impassível às graves censuras e encontrado pela opinião de todos seus colegas, contentou-se bastantemente do aplauso da consciência, como quem, reclamando contra a falsificação do seu nome, praticava um mero ato de moralidade, sem discutir se os apotegmas de Hildebrando ou as Decretais de Isidoro Mercador deviam ser de novo aquecidos ao sol do século XIX.

Uma comissão de três prelados procurou seguidamente o Sr. bispo para lhe declarar que fora engano e não propósito a subscrição do seu nome no documento oficial. A esse tempo já o Sr. D. Antônio

havia saído de Roma. A mesma comissão declarou o equívoco, perante o embaixador de Portugal, pedindo que se transmitisse a satisfação ao prelado português, e se lhe pedisse que se houvesse por contente. Em Paris recebeu o Sr. D. Antônio o ofício do secretário da embaixada, relatando os sucessos, e solicitando o remate da pendência. Conveio sua excelência no desejado termo de tão ruidoso quão simples incidente, bastando-lhe que na legação portuguesa em Roma se inscrevesse, muito ao claro, que o bispo visense não assinara nem mandara assinar a saudação ao pontífice, infalível e monarca.

Recolhido à sua diocese, o tranquilo prelado enviou cópia de todos os documentos substanciais deste conflito ao ministério da justiça, esclarecendo o seu poder em Roma. O governo, acusando a recepção do relatório e documentos apensos, absteve-se do louvor e da censura. Nem o louvor se fazia mister ao sossego do pundonoroso bispo: nem a censura, se tamanho vilipêndio saísse emparceirado com a inépcia, poderiam molestá-lo senão como testemunho de impertinente ignorância ou refohada hipocrisia.

Entretanto, ao passo que uma parte da imprensa louvava a probidade do Sr. D. Antônio, fundamentando o elogio em racionalísimos argumentos por nenhum modo atentatórios dos justos direitos da tiara pontifícia, alguns menos sábios que pios fautores da moradia perpétua do espírito santo no Vaticano, e do patrimônio do príncipe dos apóstolos, e da legitimidade monárquica de Inocêncio IV e João XXII saíram contra o Sr. bispo de Viseu, já em periódicos mais ou menos trasladados mascavadamente de Joseph de Maistre, já em cartas impressas e subscritadas com irrisório desplante e grosseiro desprimor ao douto prelado. Não redarguiu sua excelência a semelhantes artigos e cartas constantes de maravalhas triviais de sabatina do primeiro ano teológico com que usa estofar-se esta ordem de coisas piamente ignaras — quais o autor deste opúsculo as escrevia num tempo em que estudava história eclesiástica, provando assim que a não tinha estudado. Não redarguiu sua excelência, porque não se houve por deslustrado com censuras inocentes quase degenerando em parvouçadas. O antigo

mestre de sua congregação, o doutor em teologia, o letrado, o bispo não devia responder.

Abstraído à política, e empenhado novamente nos seus cuidados apostólicos, apercebia-se sua excelência para visitar o restante do seu bispado — como remate à mais capital tarefa da missão episcopal — quando foi convidado pelo Sr. duque de Loulé para ser parte no governo, cuja organização lhe fora encarregada pelo rei, em seguimento à queda do ministério Ávila. Inutilizadas as diligências, resignou o Sr. duque a melindrosa empresa. O caos assustava os mais intrépidos. Nem já os sedentos da honra de governar se atreviam a ensaiar a sua perícia pregoada nos comícios.

Então foi chamado ao paço o Sr. bispo de Viseu, e convidado a organizar ministério.

Aceitou. Corria-lhe obrigação de não esquivar-se a lances de alta responsabilidade quem se defrontara com todas as procelas políticas no decurso de quarenta anos tempestuosos. Aquela crise era certamente a da mais desnorteada mareação da nau descalavrada; mas urgia crer e pensar na possibilidade de salvamento, sendo desde muito o porto almejado do insigne escritor e parlamentar as reformas, os golpes fundos nos excessos, a amputação de abusos à mão tenente, sem atentar na jerarquia das classes ofendidas pela rasoira econômica. Cuidou certamente o Sr. bispo de Viseu que a dolorosa experiência dos últimos sucessos políticos seria forte alavanca para derruir obstáculos, manejada por pessoas cujos precedentes não iludissem a confiança da nação.

Esta esperança, denotando peito de rija têmpera, argui não extremado conhecimento dos homens.

Dificultou-se, ao mesmo tempo, a escolha de ministro da guerra. Lembrou o Sr. bispo convidar-se o Sr. marquês de Sá, em quem lustram honra acrisolada com eminentes predicados de bom juízo. Aceitou o Sr. marquês a pasta e presidência. Aceitou porque sua excelência não sabe quando um filho de Portugal possa justificar a evasiva do seu préstimo no serviço da pátria.

Começou a funcionar o gabinete em 22 de julho de 1868.

Todos os ministros eram alheios dos tumultos de janeiro que lograram a queda do ministério Aguiar; apesar disso, o programa da revolução não podia ser melhorado ou substituído. O estandarte, discreta ou indiscretamente arvorado pelos impulsores portuenses, proclamara batalha campal e inexorável às prodigalidades, aos sacrificadores do povo, à voracidade dos encartados no sevo da fazenda pública. O lábaro era simpático, sem impedimento de, em crises análogas, desde muitos anos, desfraldado por mãos inexperientes ou ávidas, apenas ter vingado toldar o ambiente de umas poeiras, descondensadas as quais o que se via era as arcas do tesouro cercadas de gente nova com os vícios velhos. Seria desacordo, ainda assim, a vacilação do novo gabinete, se um desculpável ceticismo lhe agorentasse a crença nos princípios conclamados pelos tribunos. Adotaram, pois, os novos ministros o programa das reformas, impetrada autorização das cortes.

O fundamento da política do ministério em que o Sr. bispo de Viseu consubstanciava o espírito e atividade dos seus colegas, em poucas palavras se define: aumentar a receita e diminuir a despesa.

Contra a ameaçadora forma deste moto de partido encapelaram-se para logo aversões filhas do interesse, ódios inconciliáveis de classes e indivíduos afeitos a considerarem legítimos os gozos da sua regalada posição.

Como e quando se tinha operado o milagre de extirpar o egoísmo de cada um para melhorar a condição de todos? Quem tinha prometido ao novo gabinete neutralizar pela justiça as forças congregadas dos descontentes? Em que ponto de apoio haviam de assestar a alavanca os temerários reedificadores?

Duzentos contos tinham sido aliviados ao ônus da despesa, quando as hostilidades, pouco tempo clandestinas, romperam clamorosas. O funcionalismo tinha por si a imprensa mais que nunca descortês, iníqua e desenfreada. Os mais engenhosos e eminentes na categoria dos publicistas, apagando os lumes sagrados com que tinham

ministrado no altar da liberdade os seus talentos de bem pensar e aconselhar, em dias da gloriosa perseguição, pegaram de escrever objurgatórias tenebrosas em que a soltura da ideia raras vezes se descasava da forma condigna. O ministério Sá-Viseu, na imprensa, era apoiado por poucos, mas desinteresseiros amigos, não querendo granjear algum com o dinheiro da nação. Os talentos postos a ganho refinaram na injúria quando se viram desdenhados como coisa funesta por tal preço. Daí as devassas ao recôndito da família, e o despejo das calúnias, que redundavam em desonra de toda uma terra onde para tais entendimentos se havia fermentado na lama tão desaforada licença.

Na hoste dos funcionários bandeou-se a legião dos engenheiros civis, classe bafejada no berço por tais prosperidades e mimosa condição que julgá-la-íeis, no meio do abatimento e desconforto geral, a mais bem acondicionada em um país opulento. Esta corporação, fadada para destinos incompreensíveis, ao ver atravancar-se-lhes o acesso a colocações ambicionadas, conjurou-se em hostilidade sanhosa dentro e fora do parlamento.

Depois, os aspirantes ao poder dividiam-se em ministros que tinham sido e ministros que queriam ser. Dos segundos, o frenesi impaciente de governar desfechou em destemperos que a história séria não pode disputar ao domínio da baixa comédia. Tinha batido a hora em que se julgava com direito a uma pasta ou duas quem quer que tivesse aliado à ignóbil coragem de acirrar as iras da oposição a audácia de se julgar predestinado para salvar o país.

Entre elementos assim desorganizadores espanta como o ministério pode manter-se um ano sem extraviar-se da senda constitucional, escudando-se com a inconcussa honestidade de seus atos, respondendo aos motins do parlamento e das praças com imperturbável segurança.

Dentre os mais devotos do governo, muitos, atoados pelo estridor da oposição, começaram de sentir os vágados das consciências que se reviram. Alguns poucos, que o tinham contrariado em incidentes

inevitáveis, sustentaram a probidade por tão distinta forma que não pode o final desfecho enodoar-lha.

Quando a frouxa maioria cuidou conjurar a tempestade, sacrificando dois ministros menos favorecidos de apoio, a pugna recrudesciu, porque os ministros retirados deixavam apenas duas pastas, e os candidatos se haviam multiplicado a ponto que não caía em forças humanas fazer supurar tanta apostema de ambição debaixo das fardas de só dois ministros.

Simultaneamente, na câmara alta, um homem de letras florentes, acepilhada eloquência e bons quilates oratórios para mais uteis triunfos, profligou o ministério com inflamada pertinácia, ao mesmo passo que notáveis mediocridades vociferavam, provando que a sintaxe e prosódia não são condicionais para aplausos.

Nesta extremidade, o Sr. bispo de Viseu, para quem tinha corrido um ano de acerbos dissabores e excruciantes desenganos, sentiu o desalento que prostra os homens de bem, e lhes não permite impor, por meios fortes, às rebeldias irracionais uns sentimentos que elas não aceitaram do procedimento liso e franco.

Perdido o apoio numa questão momentosa, o ministro do reino briosamente repulsou o alvitre de sondar o espírito da câmara noutra votação. A insistência daria azo à suspeita de que sua excelência timbrava em permanecer ministro, disputando à sofreguidão febril de seu sucessor missão tão pouco para invejas.

Demitiu-se o bispo de Viseu. O gabinete caiu.

Esta nova, posto que esperada, impressionou tristemente a maioria da família portuguesa. Nesta maioria é bem de entender que não se incluíam as classes prejudicadas pelas reformas. O elemento mais sensível e respeitável do país para quem o nome do Sr. bispo de Viseu foi caução de porvindouras prosperidades, era o povo que sustenta o funcionalismo, o povo agrícola, o povo industrial, o povo que labuta no trato mercantil. Para muitos a missão do ex-ministro do reino, embargada por cobiçosos e pérfidos a meio caminho, deixou como inexequível qualquer tentame de prosseguir-la na

ladeira, cuja escabrosidade incute medos a quem já viu as ganâncias que auferem os reformadores arrojados.

Quem não sentiu pungimentos de saudade do poder foi o Sr. D. Antônio Alves Martins. Se ele puder esquecer as injúrias da imprensa e a maleabilidade das consciências em que esteava a inteireza da sua, não de sobrar-lhe memórias dolorosas de um ano de vida desassossegada e fora do remanso de seus estudos e das consolações da sua recatada beneficência.

O povo que, há pouco, o saudou com amoroso entusiasmo, há de invocá-lo ainda, em dias que se vão preparando para grandes provas. E o Sr. bispo de Viseu voltará de novo à luta e ao sacrifício, terminando o ciclo glorioso de sua vida, qual a começara, em prol da liberdade, cujo berço ele embalou entre ferros.



Iba Mendes Editor Digital
www.poeteiro.com